

Entre a “Raça, Economia e Política”: o *Apartheid* nas páginas da Revista *Veja* (1969-1975)

Between "Race, Economy and Politics": *Apartheid* on the pages of Revista *Veja* (1969-1975)

Ana Júlia Pacheco

Doutoranda em História

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

anajulia.hp@gmail.com

Recebido em: 13/08/2018

Aprovado em: 29/01/2018

Resumo: Este artigo, objetiva analisar representações e sentidos políticos acerca do *Apartheid* - regime de segregação racial da África do Sul entre os anos de 1948 a 1990 -, através de discursos, interpretações e imagens presentes em notícias impressas nas páginas da Revista *Veja*, que circularam durante os anos de 1969 a 1975. Período marcado, por intensas mudanças político-culturais no Brasil sob regime civil-militar, em África, recorrente aos processos de descolonização e independências, e em África do Sul, pelos eventos decorrentes do emprego do regime do *Apartheid*. Por meio da análise dos materiais do periódico, pretende-se compreender de que forma *Veja* interpretou os acontecimentos relacionados a política de segregação sul africana, e entender, qual o papel da veiculação dessas imagens na construção do novo projeto de Brasil adotado pelos governos militares.

Palavras-chave: *Apartheid*, África do Sul, Revista *Veja*.

Abstract: This article aims to analyze the representations and his political senses about Apartheid - South African racial segregation scheme between the years 1948 to 1990 -, through the speeches, interpretations and images present in printed news in the pages of Revista *Veja* which circulated during the years 1969 to 1975. Period marked by intense political-cultural changes in Brazil under the civil-military regime, in Africa recurrent to the processes of decolonization and independence, and in South Africa by the events resulting of the *Apartheid* regime. Through the analysis of its materials, it is intended to understand how *Veja* interpreted the events related to South African segregation policy and understand the role of the placement of these images in construction of this new project in Brazil adopted by the military governments.

Keywords: *Apartheid*, South Africa, Revista *Veja*.

Introdução

O presente artigo propõe-se apreender o conjunto de representações sobre o *Apartheid*, discutindo os seus sentidos políticos, por meio de discursos, interpretações e imagens, presentes em notícias impressas nas páginas da Revista *Veja*, que circularam entre os anos de 1969 e 1975. Período que cobre parte de um contexto singular e doloroso da nação sul-africana, qualificado no regime de segregação racial, implantado em 1948 e desmantelado em 1990.

De modo geral, a legislação sul-africana desse período, que entre outras, regula a propriedade e o controle dos meios de produção, o acesso ao trabalho, educação e cultura, assim como o alcance e a prática dos direitos civis e políticos, usa a cor/raça como critério legal de desigualdade entre a população “reservando aos brancos todo um conjunto de direitos e privilégios, extraídos ou baseados na exploração negra” (PEREIRA, 1986, p. 28). A política de desenvolvimento separado por raças, que constitui o *Apartheid*, empreendendo-se no plano social, irá arraigar-se igualmente nos universos político e especialmente econômico da África do Sul, fomentando “uma estrutura socioeconômica alicerçada no conceito de raça” (PEREIRA, 2012, p. 23), cujos aspectos, posturas, movimentos e articulações do governo sul-africano para com sua população e as relações tecidas com outros países, serão tateadas pela *Veja*.

No outro lado do atlântico, sob contexto político de regime civil-militar instalado em 1964, o Brasil começou a construir, um projeto de organização social para o país, baseado num sistema de ideias e valores sobre uma suposta democracia, estritamente vinculada às suas estratégias de ação nas diversas esferas política, econômica e psicossocial (REZENDE, 2013, p. 1-2). Do ponto de vista político, o país procurou se fortalecer economicamente com novos parceiros comerciais, e percebeu, nos países africanos recém-independentes, promissoras possibilidades. A preocupação com a segurança e o desenvolvimento do país, transpassou a ação política dos governos militares, em uma perspectiva de alcançar condições de autonomia relativa à cena internacional. Nesse sentido, a diplomacia brasileira procurou ampliar seus canais de relacionamento, direcionando em parte sua atenção para os países do terceiro mundo, buscando uma atuação multilateral (PEREIRA, 2007, p. 11). Em sondagem realizada em 1964 e 1965, através de duas missões comerciais pelo Ministério das

Relações Exteriores (Itamaraty), a África do Sul, foi citada como uma das áreas que ofereciam maiores facilidades para a comercialização de produtos brasileiros no continente africano (PENA FILHO; LESSA, 2007, p. 69).

Em pleno auge do regime de *Apartheid*, que legitimava a institucionalização da segregação racial, a África do Sul, dentre os países africanos, foi a maior parceira comercial do Brasil durante décadas (1918-1974). Não obstante, o estado brasileiro se empenhou desde os anos 1930 na construção de uma imagem do país como símbolo de convívio harmônico entre as raças, a partir do mito da democracia racial¹, no intuito de forjar uma civilização mestiça. Deste modo, embora o país se anunciasse como o modelo de harmonia entre as raças, antagonizando o regime racista da África do Sul, o discurso não condizia com a prática, e a África do Sul foi por décadas, o maior parceiro comercial brasileiro em África, até o momento da ruptura das relações, que só ocorreram por pressões externas (SCHLICKMANN, 2017). Desde o ano do golpe civil-militar, em 1964, até 1975 não houve alterações profundas nas relações sul-africanas e brasileiras, já que estes, não eram afetados por diferenças político-ideológicas, ao contrário, visualizou-se uma sutil sintonia entre os governos militares brasileiro e governo do *Apartheid*, alimentada pelo credo do anticomunismo (PENNA FILHO, 2013). Por outro lado, em meados de 1975 até o final dos anos 1980 e início dos anos 1990, assistiremos ao quase congelamento das relações entre as nações, atingindo o nível mais baixo desde a troca de missões diplomáticas em 1947, “houve o esvaziamento da pauta política, que passou a ser de confrontação, com o Brasil assumindo críticas ao regime sul-africano com total desenvoltura” (PENNA FILHO, 2013, p. 126), vinculada à sua mais nova política africana.²

¹ Ganhando corpo em 1930, o mito da democracia racial, segundo Petrônio Domingues, tem suas raízes no contexto que remonta ao século XIX, impulsionadas pela literatura produzida pelos viajantes que visitaram o país; pela produção da elite intelectual e política; pela direção do movimento abolicionista institucionalizado; e pelo processo de mestiçagem. O mito da democracia racial “era uma distorção do padrão das relações raciais no Brasil, construído ideologicamente por uma elite considerada branca, intencional ou involuntariamente, para maquiagem a opressiva realidade de desigualdade entre negros e brancos”. (DOMINGUES, 2005, p. 118). Ver mais em: DOMINGUES, Petrônio José. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil. *Diálogos Latinoamericanos*, Dinamarca, v. 10, n.10, p. 117-132, 2005.

² Após o fim do regime salazarista de Portugal, com a Revolução dos Cravos em 1974, que gerou o colapso do colonialismo português, o Brasil conseguiu sair do seu estado de ambiguidade com relação aos países da África, podendo dar prosseguimento a expansão de suas relações com o continente africano com mais coerência e desenvoltura. Assim, especificamente, somente na terceira fase da política externa militar referente aos Governos Geisel e Figueiredo (1974-1985) retoma-se, em linhas gerais, a Política Externa Independente, caracterizada pelo apoio ao desenvolvimento

A imprensa brasileira, em especial as revistas semanais, oriundas do amplo processo de modernização da imprensa, sobretudo dos jornais diários na década de 1950 e 1960, atuou informando sobre acontecimentos nacionais e internacionais, por meio da publicação de notícias imediatas e na formulação e intermediação de projetos de interesses públicos e governamentais. Publicada a partir de 1968 pela Editora Abril, a Revista *Veja* produziu jornalismo no Brasil, veiculando em suas páginas, temas relacionados aos universos da política, da economia e do social, tornando-se um importante veículo de produção de informação no mercado editorial do país nos anos de 1970. A África do Sul e seu regime do *Apartheid*, bem como demais países africanos, ganharam espaço no periódico, especialmente, em sua seção internacional, divulgando aos leitores os eventos político-sociais que ocorriam nesses territórios. Tendo em vista a compreensão do periódico enquanto um ator social, ciente e partícipe da trama política brasileira desse contexto, sob governos militares, que emaranhou velhas e novas articulações no campo das relações externas para o país, procuramos discutir os recursos, posturas e intuítos da revista ao narrar os acontecimentos relacionados ao *Apartheid*.

A ideia de representação, para pensar a presença do *Apartheid* em *Veja*, nos parece central para conduzir a análise da fonte impressa. Instrumento essencial na trajetória da história cultural, que tem por objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler. As representações do mundo social, segundo Roger Chartier (2002, p. 17), são determinadas pelo interesse dos grupos que a forjam. Sempre aspirando a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, cujas percepções do social não são de forma alguma, discursos neutros, mas produzem estratégias e práticas incessantemente, que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos suas escolhas e condutas. Nesse sentido, as

econômico-industrial e a construção do status de potência média. O Pragmatismo Responsável, lema da política externa do governo de Geisel, conduziu à busca de maior autonomia na cena internacional, produzindo uma crescente multilateralização e mundialização, de dimensão econômica e política. Nesse processo, o país necessitava exportar produtos primários de colocação cada vez mais difícil no mercado mundial, onde, com a recente industrialização, tornava-se necessário buscar mercados para os produtos manufaturados e serviços, e, para tanto, as relações com a América Latina, África, Oriente Médio e Ásia foram decisivas (VISENTINI, 1999).

representações devem ser sempre colocadas num campo de concorrências e de competições, cujos desafios, se enunciam em termos de poder e dominação. Igualmente, deve se pensar o relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.

O conceito de representação, segundo Stuart Hall, tem ocupado um novo e importante lugar no estudo da cultura, aproximando os sentidos de linguagem a ela. “La representación es una parte esencial del proceso mediante el cual se reproduce el sentido y se intercambia entre los miembros de una cultura. Pero implica el uso del lenguaje, de los signos y las imágenes que están en lugar de las cosas, o las representan” (HALL, 2010, p. 447). Para Hall, portanto, a representação é a produção de sentido através da linguagem, onde a cultura é o compartilhamento de significados, e é na linguagem onde esses significados são produzidos e trocados, onde as coisas ganham sentido. Os significados, segundo ele, têm poder para nos dar um sentido de quem somos e de onde pertencemos, sendo produzidos e trocados em todas as interações sociais e pessoais em que fazemos parte, incluindo a mídia, que opera através da linguagem, promovendo a circulação e produção de significados. Numa abordagem discursiva para a compreensão da representação, o autor acredita que no discurso podemos perceber não só como a linguagem e a representação produzem significado, mas também, como um discurso particular articula-se ao poder, regulando e construindo subjetividades, redefinindo a maneira como as coisas são representadas e compreendidas.

Este artigo tratará, portanto, da presença em *Veja*, do regime sul africano no ano final dos anos 1960 até a primeira metade dos anos 1970³, cujos enfoques efetuados pelo periódico, tatearão os efeitos do *Apartheid* sobre a maioria da população (não branca), e as ressalvas do papel econômico e político da África do Sul, manejado pelo governo de Pretória. Neste sentido, nos interessa investigar os sentidos políticos, presentes na forma como a revista *Veja* interpretou e publicizou os acontecimentos relacionados à política do *Apartheid*, e entender, qual o papel da veiculação dessas imagens na construção de um novo projeto de Brasil adotado pelos governos militares. Igualmente, pretende-se compreender os interesses do periódico imbuídos em suas narrativas sobre o regime

³ Para o desenvolvimento da pesquisa foram consultadas integralmente as edições da Revista *Veja* do ano de 1968 à 1975, boa parte através do seu Acervo Digital <<http://veja.abril.com.br/acervodigital>> e algumas edições no acervo da Biblioteca da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (BIBECO).

racista da África do Sul, tendo em vista, as relações econômicas e diplomáticas que o Brasil estava fazendo com ele e outros países africanos. Vale a ressalva, que dentre o arcabouço documental colhido, selecionado e examinado de *Veja* neste artigo, não há nenhuma notícia assinada pelo jornalista que a escreveu, assim, compreendo e entendendo as narrativas como parte da linha editorial vinculada ao posicionamento institucional do órgão.

A revista *Veja*

Criada no contexto do regime civil-militar, pouco antes de ser decretado o AI-5⁴, a editora *Abril* apresentaria ao país a Revista *Veja*. Projetada por Victor Civita e Mino Carta nos moldes das revistas Norte Americanas *Time* e *Life*, publicou sua primeira edição no dia 09 de setembro de 1968, com intuito de trazer para leitores, eventuais informações sobre os fatos ocorridos no Brasil e fora dele, impelida nas palavras do primeiro editor Victor Civita:

O Brasil não pode mais ser o velho arquipélago separado pela distância, o espaço geográfico, a ignorância, os preconceitos e os regionalismos: **precisa ter informação rápida e objetiva a fim de escolher rumos novos**. Precisa saber o que está acontecendo nas fronteiras da ciência, da tecnologia e da arte no mundo inteiro. Precisa acompanhar o extraordinário desenvolvimento dos negócios, da educação, do esporte, da religião. Precisa, enfim, estar bem informado. E este é o objetivo de *Veja* (*VEJA*, n.1 01/09/68, p. 3 – grifo nosso).

A partir da condição de revista de informação com periodicidade semanal, *Veja* elabora sínteses dos acontecimentos, organizando-os em narrativas próprias, e buscando explicar e atribuir sentido a realidade a partir de um espaço maior de tempo. Todavia, seu tempo na narrativa jornalística funciona para dar a ler, conhecer e explicar diferentes temas e, mais importante, trabalha para legitimar determinada forma de conceber o mundo e partilhar projetos de futuro (SILVA, 2014). O periódico apresenta, temas do cotidiano da sociedade brasileira como economia, política, diplomacia, transformações e conflitos territoriais, ecologia, saúde, tecnologia, religião, cultura, artes,

⁴ O Ato Institucional número 5, é composto por 12 artigos que instauraram um regime de exceção ainda mais violento do que aquele que estava em vigor, conferindo poderes excepcionais ao executivo eliminando praticamente todas as liberdades individuais e institucionais ainda existentes no país, sendo revogado apenas em 1978, pelo general-presidente Ernesto Geisel, na retomada do processo democrático. A revista lançada em pleno contexto do Regime Militar enfrentou muitos problemas logo de início, devido aos órgãos de censura que apreenderam algumas de suas publicações (MOURA, 2011, p. 13).

entre outros, apresentando algumas seções fixas como: cinema, música, literatura e entrevista; em que seus textos são escritos em sua maior parte por jornalistas, porém, nem todas as seções são assinadas.

A criação de *Veja*, pela Editora *Abril*, localiza-se num contexto de consolidação do mercado de bens simbólicos, ocorrido a partir dos anos 1960. A formação de um conglomerado de mídia no segmento de revistas caracteriza a Editora *Abril* nesse momento⁵, “empresa que se fortalece a partir da reorientação da política econômica associada ao capital estrangeiro” (VILLALTA, 2002, s/p). Tornando-se um importante veículo de produção de informação, no mercado editorial do país na década de 1970⁶ “*Veja*, hoje é a revista semanal de informação de maior circulação no Brasil, que chegou a vender 1.200.000 exemplares. *Veja* é considerada a quarta maior circulação, no mercado editorial de revistas semanais de informação, no mundo” (BAPTISTA; ABREU, 2010, p. 15).

Todavia, o período que se inicia em 1964 - cobrindo a ditadura civil-militar e o recente processo de democratização a partir de meados da década de 1970 -, abre um campo de potentes possibilidades para a compreensão histórica, da importância do mercado de novas publicações jornalísticas, assumindo um papel de articuladoras de projetos políticos, que promoveram e evidenciaram engajamentos políticos e tensões culturais. Nesse sentido, entendemos particularmente *Veja*, bem como as demais revistas de circulação nacional, como parte inseparável das narrativas sociais que guiaram a compreensão dos processos culturais e políticos no Brasil contemporâneo. Trata-se, de pensa-la conectada com a vida cotidiana, percebendo que “é impossível entender a dinâmica dos conflitos sociais e das disputas políticas nas sociedades contemporâneas sem levar em conta o papel dos meios de comunicação de massa” (MIGUEL, 2016, p. 7). Assim, a história da imprensa, deve ser visualizada como um processo no qual essas práticas estão em relação com todo o social, e percebe-la, como integrante de um sistema comunicacional, no qual ganha importância o

⁵ Entre 1950 e 1959, a Editora *Abril* possuía 7 títulos subindo para 27 no período que compreende os anos 1960 a 1969, alcançando a marca de 121 títulos entre 1970 e 1979 (VILLALTA, 2002, s/p).

⁶ Segundo Villalta (2002), a publicação da *Abril* conhece logo no início de sua circulação o êxito dos quase 700 mil exemplares vendidos de seu primeiro número, e anos subsequentes de fracasso (de 1968 a 1972). Como informa a autora, em 1968, o público consumidor de revistas estava acostumado com dois tipos de publicações: as semanais ilustradas, representadas por *Manchete*, e o modelo de revista de economia e política da revista *Visão*. *Veja* nascia com uma proposta diferente mediante aos padrões brasileiros. Entretanto, o modelo trazido diretamente dos Estados Unidos decepcionou os anunciantes, fazendo com que a consolidação da revista junto ao mercado consumidor levasse alguns anos para acontecer.

conteúdo, o produtor da mensagem e a forma como o leitor entende os sinais emitidos naquelas materialidades, e no caso do jornalismo, materialidades textuais.

Tendo em vista, o lugar da imprensa e da mídia na sociedade brasileira, principalmente, no diz respeito à própria construção da notícia e a lógica do mercado, Ana Luiza Martins e Tânia Regina de Luca enfatizam, de forma geral, que os temas abordados, as questões discutidas e as opções apresentadas pelos impressos, respondem menos aos interesses coletivos do que aqueles defendidos por certos grupos e interesses político-econômicos. Historicamente, conforme apontam, o primeiro meio de comunicação em massa (imprensa escrita) teve um papel central na defesa dos interesses dos cidadãos, contra quaisquer tipos de violações e abusos cometidos pelo Estado. “Está à origem da noção de quarto poder, forjado na Inglaterra do início do século XX: aos periódicos caberia a nobre função de vigiar a atuação do executivo, legislativo e judiciário” (MARTINS; DE LUCA, 2009, p. 125). Em meio a isso, muitas e diferentes são as dimensões da fabricação dos acontecimentos históricos e das formas de escrita do passado realizadas pelos meios de comunicação. Sônia Maria de Menezes Silva (2011) argumenta que em nossos dias, a mídia atua na elaboração, tanto de acontecimentos emblemáticos, como de conhecimento histórico a partir de narrativas que operam com categorias temporais na fundação de sentidos. Assim, é dentro dessa “operação midiográfica”, que elementos são articulados em uma complexa teia, cujo produto final, é uma escrita da história elaborada pelos meios de comunicação.

“Raça, Economia e Política”: O tripé Sul Africano nas narrativas da Revista *Veja* (1969-1975)

Em julho de 1969, data o início da presença sul africana no periódico *Veja*, na edição número 43⁷. O artigo “França: A dúvida moral das armas “localizado na sessão ‘Internacional’, inicia abaixo da figura de Baltazhar Johannes Vorster, então primeiro ministro da África do Sul (1966-1978) seguida do comentário ‘um bom cliente’”. Neste texto, a revista discute de modo geral, a indiscrição do governo francês de Georges Pompidou, com relação às vendas armamentistas para o governo de

⁷ Onze notícias foram colhidas sobre o assunto no período de 1969 a 1975, sendo que no ano de 1968 não foi encontrado materiais sobre o *Apartheid* no periódico.

Pretória. “O silêncio é a regra de ouro dos negociantes de armas do mundo inteiro – quer sejam firmas particulares, traficantes ou governos” (VEJA, n.43, 02/07/69 p. 42).

A França, como ela descreve, violou a recomendação formal do embargo contra a África do Sul, adotada pela Organização das Nações Unidas – ONU em 1962, por meio de uma resolução que condenava as políticas racistas do *Apartheid*, conclamando a todos os países-membros a coibir quaisquer relações econômicas e militares com o país⁸. Consequentemente, o governo Francês, também se beneficiou do embargo oficial anglo-americano contra Pretória, decretado em fins de 1967, concluindo *Veja* que “a França se tornou o maior fornecedor de armas do governo racista de Balthasar Vorster” (VEJA, n. 43, 02/07/69 p.42). Lembrando, que a África do Sul é o segundo produtor mundial de urânio, a revista aponta, que a república do *Apartheid* tem sido bastante proveitosa para a economia francesa, já que Canadá, pressionado pelos Estados Unidos, recusa-se a vender o produto a França. A venda de armas a Pretória, como traz a *Veja*, possibilitou grandes perspectivas comerciais a Paris, que nos últimos sete anos triplicou suas exportações sul africanas. A prática francesa da venda de armamentos, embora criticada sob o ponto de vista das relações internacionais, não é condenada pela revista, que ao longo de sua narrativa ressalta o papel econômico da África do Sul indicando as vantajosas possibilidades financeiras que a República sul-africana tem a oferecer.

Ao final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a África do Sul desenvolveu um processo de industrialização por substituição de importações, dando lugar a criação de setores industriais,

⁸ As ações e recomendações da ONU com relação ao regime da África do Sul unem-se segundo Fernanda Lira Goes e Tatiana Dias Silva aos esforços da comunidade internacional para o combate à discriminação racial. Para elas, não sem controvérsias, o sistema da ONU desempenhou um papel fundamental para o tratamento dessa temática ao longo da segunda metade do século XX, dando corpo ao reconhecimento internacional do racismo e de suas consequências, adotando medidas tanto de uma vertente repressiva, de combate ao racismo, como também promocional, pela igualdade de oportunidade, considerando a discriminação racial enquanto um dado limitador do exercício pleno dos direitos humanos. Na década de 1960, a dinâmica de combate ao racismo foi impulsionada por alguns movimentos, notadamente o embate pelos direitos civis dos negros norte-americanos, a luta contra o colonialismo e pelo fim do regime *Apartheid* na África do Sul. Assim, a entrada de novos membros na ONU, de maioria africana dada as independências de diversas ex-colônias, aumentou o número de Estados membros de 85, no final da década de 1950, para 128, no final dos anos 1960, dando impulso ao debate na Assembleia Geral, contrário ao regime do *Apartheid*. “Após os atentados de Sharpeville, na África do Sul, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) emitiu a Resolução nº 134 (1960) que reconhecia a situação na África do Sul como de extrema relação com a paz e a segurança internacional” (GOES; LIRA, 2003, p.14).

voltados para o mercado interno e dependentes de altas barreiras tarifárias. Isso fez, com que os sucessivos governos do Partido Nacional (1948-1994), persistissem no objetivo de assegurar aos empresários e agricultores africanos, suas bases eleitorais, a inclusão na dinâmica do país, privilégio o qual teria de ser assegurado por meio da mão de obra barata e não especializada, relegada a maioria não branca do país, sob o regime do *Apartheid*. “A África do Sul, como país periférico, foi submetida, historicamente, a inserção na economia mundial como exportadora de produtos primários” (PEREIRA, 2010, p. 67). Essa política econômica, desenvolvida durante esse período (industrialização por substituição de importações, sustentada pelo excedente da exploração do ouro), fez do país um dos dez mais ricos do mundo, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), tornando o setor de exportação de produtos primários o mais importante da economia sul-africana nos anos 1960⁹.

Não obstante, o setor industrial orientava-se para o segmento do mercado interno de maior renda, e para a produção de bens considerados estratégicos ao país, tais como armas e combustíveis. Assim, embora o objetivo do programa dos nacionalistas fosse atingir os níveis máximos de autossuficiência, o setor industrial continuava altamente dependente da importação de bens de capital financiados pela moeda estrangeira, obtida com a exportação dos produtos primários.

Mesmo diante do isolamento político, a economia sul-africana, nunca esteve completamente desligada do restante do mundo, cuja participação no comércio internacional, era a origem, de pelo menos 50% do PIB durante todo esse período. Esse modelo de acumulação, só irá afundar-se em crise, nos últimos anos do *Apartheid*, dada a contestação social advinda da luta antirracista (PEREIRA, 2010, p. 67-68).

Encerrando o ano de 1969, em edições publicadas entre outubro e dezembro, o periódico trará dois artigos da seção “Internacional”, que irão referir-se as movimentações dos grupos políticos, para as próximas eleições no ano seguinte. Respectivamente, “África do Sul: Racismo

⁹ Analúcia Danilevicz Pereira (2010, p.67) ressalta que foram criadas tarifas protecionistas na tentativa de desenvolver um setor industrial local e que quando as sanções internacionais começaram a causar problemas ao governo de Pretória, este buscou alcançar a autossuficiência no maior número de áreas possíveis.

contra Racismo” na edição número 57 e “África do Sul: Mais rigor no racismo” no número 69. O primeiro evidencia a organização política representativa de um pequeno grupo.

Na África do Sul, onde as raças estão segregadas até o último banco de jardim, os 2 milhões de mestiços dos cruzamentos entre os primitivos colonizadores holandeses e as **tribos do país** são chamados, oficialmente, de “gente de cor”. [...] Essa “gente de cor” fala a mesma língua dos brancos e compartilha de sua cultura e religião protestante – mas vive na mesma pobreza econômica e na **incapacidade política dos homens negros**. Há duas semanas foram realizadas eleições para o recém-criado Representativo da Gente de Cor – e eles adquiriram uma certa identidade própria e o direito a voz num país em que todos aqueles que não são brancos são muito vistos e raramente ouvidos, a exemplo das crianças (VEJA, n.57, 08/10/69 p. 51 – grifo nosso).

Ao apontar, que o *Apartheid* se tornou conhecido em nosso país através de periódicos aqui editados, Marta Maria Lopes, enfatiza, de que as populações nativas da África do Sul foram mostradas nesses meios, como elementos de uma mesma cultura, um bloco único “um único povo que vivia primitivamente antes da chegada dos europeus” (LOPES, 1990, p.6). Assim, neste mesmo fenômeno, segundo ela, a segregação racial aplicada a população sul africana como forma de manter a dominação branca, é mostrado nos seus efeitos sobre a maioria da população e nas suas manifestações a condição racista que lhe é imposta.

Nessa lógica, a dinâmica interna vivenciada durante séculos entre as diferentes populações xhosas, zulus, san, sotho, ndebele, venda, tswana que partilham o território sul africano, não serão confrontados pela revista, mas naturalizados, alojados dentro de uma enunciação de matriz racial e biologicamente construída¹⁰, justificando e categorizando os conflitos internos. “Essas populações, ao serem reduzidas e classificadas como tribos, são percebidas conforme o mesmo imaginário que permitiu hierarquizar, dividir, classificar e animalizar os demais sul-africanos” (CARDOSO; SILVA; PACHECO, 2016, p. 252).

Neste artigo (e nos próximos) de *Veja*, constamos essas nuances, e igualmente, observamos que na ótica dela, a permanência da prática segregacionista institucionalizada e da situação de

¹⁰ Sobre isso, ver mais em: MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Cadernos PENESB (Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira)**. UFF, Rio de Janeiro, n.5, p. 15-34, 2004.

vulnerabilidade socioeconômica da maioria da população da África do Sul é atrelada a suposta falta de organização política desta própria população discriminada. Na segunda notícia, o periódico discorre, acerca da oposição do governo de Vorster, considerada por ela, ainda mais enfática e vigorosa com relação ao racismo personificado na figura de Albert Herzog. O oponente Herzog faz parte dos membros mais radicais do Partido Nacional, e foi expulso, tal como narra a revista, após manifestações contrárias a decisão do ministro quanto à permissão a visita de uma equipe de rugby da Nova Zelândia. Fundando, em seguida ao ocorrido, o Partido do Renascimento Nacional “com uma linha segregacionista tão intransigente que chega a assustar os mais radicais defensores do *Apartheid*” (VEJA, n.66, 12/12/69 p. 54).

O periódico atua nessa notícia, realizando uma espécie de prévia do que seria o governo Herzog mais radical em contraste, portanto, com a figura do atual governo de Vorster, considerado pela *Veja*, mais moderado “ele quer de volta a dominação absoluta dos afrikanders: não hesitaria em reduzir o ritmo veloz do crescimento econômico da África do Sul, eliminando os investidores estrangeiros e a vinda de negros e europeus do sul para as fábricas do país” (VEJA, n.66, 12/12/69 p. 53-54), banalizando a trajetória e o contexto daquele momento da violenta política segregacionista no país cuja trajetória inicia em 1948.

“África: Um torneio racista” segue o assunto da última notícia publicada no ano anterior.¹¹ Localizado na sessão internacional, da edição de número 87, o texto desenvolve-se sobre as últimas eleições legislativas na África do Sul. Aponta de um lado, a derrota do Partido do Renascimento Nacional de Albert Herzog, que não conseguiu nenhuma cadeira no parlamento, e por outro, o recuo eleitoral por parte do Partido Nacionalista de Baltazar Vorster, cujos eleitores, desviaram para uma terceira organização, mais moderada com relação a questão racial, o Partido Único, que por sua vez, aumentou sua presença no bloco parlamentar. *Veja* apontou também, que o Partido Progressista, definitivamente contra a segregação racial, recebeu o triplo de votação com relação às últimas eleições.

¹¹ Entre o período de 1970 a 1975, identificamos a presença do *Apartheid* na Revista *Veja* em apenas nove notícias, nenhuma delas publicadas entre os anos de 1972 e 1973.

Este balancete final das eleições indica que “os brancos da África do Sul se inclinaram agora para uma posição mais flexível ante o problema racial” já que “por um lado, os 3,7 milhões de brancos do país nunca esconderam suas simpatias pelo sistema do *Apartheid*, e, de outra parte, os 13,5 milhões de negros, os 2,5 milhões de asiáticos e mestiços não tem direito a voto” (VEJA, n.87 06/05/70 p. 63-64). O único aspecto positivo do “torneio racista”, com o visível recuo eleitoral, trazido pelo periódico, vincula-se, a possíveis ações que podem ser desencadeadas pelos anseios dos próprios brancos sul-africanos, velando o papel da luta *antiapartheid* no país.

Amarrado a essa questão, o lugar da economia sul-africana também é apontado como um dos fatores ao resultado das últimas eleições, influenciada especialmente pelas indústrias, segundo o periódico, já que “Cansados de pagar salários elevados aos brancos, tendo homens de cor igualmente capazes a espera de um emprego os industriais da África do Sul podem ter modificado bastante, na prática, suas ideias a respeito da pureza racial dos trabalhadores” (VEJA, n.87 06/05/70 p. 64), atribuindo possíveis mudanças novamente a simples e boa vontade dos brancos, sul-africanos.¹²

Klaas de Jonge nos narra resumidamente a dominação econômica aparada pelo governo sul-africano com o *Apartheid*:

O Estado fez tudo para estimular o desenvolvimento da indústria e do comércio africânder e deu início a uma ofensiva contra o nível de vida dos negros que deveria durar mais de quatro décadas. Logo nos primeiros anos do governo nacionalista, o declínio dos salários reais dos negros acompanhou o crescimento rápidos dos lucros das empresas. Novos mecanismos de subordinação da força de trabalho negra aumentaram o contingente de mão de obra a disposição dos fazendeiros, enquanto o aparelho burocrático era inflado para fornecer emprego aos trabalhadores africânderes (JONGE, 1991, p. 47).

Tal como narra *Veja*, o papel das indústrias tornou-se vital a partir do boicote internacional sobre o país, que se viu obrigado a diversificar sua economia, até então, inteiramente baseada no ouro. A política exitosa dobrou o produto nacional bruto do país na última década, e a engrenagem industrial passou a criar 86.000 novos empregos por ano. Número esse, improvável de ser ocupado

¹² Tal como apontou José Maria Nunes Pereira (1987, p.32) a fase de intensa e sofisticada industrialização que passou a África do Sul nesse contexto, requeria modificações no *Apartheid*, não somente por um ajustamento tolerado – e até, de certo modo, desejado pelo empresariado - mas, sobretudo, pela luta política dos sul africanos discriminados pela política racista.

apenas pela população branca, inferior a 4 milhões de habitantes, concluindo a revista que “só agora, entretanto, depois de seu recuo eleitoral o governo encontrou possibilidade de mudar as leis trabalhista” (VEJA, n.87 06/05/70 p. 64).

“África do Sul: Liberdade Separada” e “África do Sul: Sem preconceitos” são as notícias localizadas no ano seguinte, ambas na seção “Internacional”, respectivamente das edições número 126 de fevereiro e 141 de maio de 1971. Na primeira, *Veja* pronuncia-se, acerca da lei que proíbe relações sexuais entre brancos e demais grupos não brancos na África do Sul, a partir do arquivamento de processos contra seis sujeitos que violaram a lei na cidade de Excelsior, afirmando que, qualquer publicidade em torno das questões raciais na nação sul africana é invariavelmente desfavorável. A revista expõe brevemente o caso de Soweto, elaborando uma crítica a opinião pública mundial “que não julga com maior severidade porque continua a ignorar alguns dados básicos do país” (VEJA, n.126 03/02/71 p. 35) e ressaltando a situação racista que a maioria da população vive. No caso de Soweto, *Veja* descreve que:

“Seus habitantes negros – como todos os negros que vivem nas outras regiões preservadas para sua raça no resto do país – não tem direito a relações sexuais com pessoas brancas ou mestiças. Na realidade desde os 14 milhões de negros da África do Sul (contra 3,5 milhões de brancos) não tem praticamente direito algum. O racismo no país de Balthazar Vorster e antes de tudo uma questão legal, que pesa sobre cada indivíduo negro desde a infância até a morte. (VEJA, n.126 03/02/71 p. 35).

Alocados dentro de único conceito que os homogeneiza - negros – a narrativa de crueldade das políticas segregacionistas do *Apartheid*, configurada pela *Veja*, é personificada pelo periódico na figura do governo de Balthazar Vorster, e não agregada, a um entorno político angariado pelo bastião branco sul africano, para a sustentabilidade do seu poder. Assim, ela explica que o governo chama essa, dentre outras medidas, de “liberdade separada”¹³, em que, o início de revoltas contra a legislação, logo são abafados pela polícia, exemplificando com do massacre de Shaperville em 1960¹⁴,

¹³ Lembramos, segundo José Maria Nunes Pereira (1986, p.32), que de acordo com Hendrik Frensch Verwoerd, ex-primeiro-ministro sul africano (1958-1966), “*Apartheid* significa que cada homem deve ter o seu lugar próprio”. Palavra afrikaans, *Apartheid* significa separação.

¹⁴ Em 2010, os sul-africanos marcaram 50 anos do Massacre de Sharpeville, lembrado como um dos momentos mais sangrentos da luta contra o *Apartheid* que deixou 69 pessoas mortas e 180 feridas pela polícia da África do Sul num

rememorada com frequência pelo periódico, ao narrar os eventos de manifestação *antiapartheid*, e a prisão do bispo anglicano antissegregacionista Conville French-Beytah.

A segunda notícia relaciona-se com a ideia de “Liberdade separada” do texto anterior, onde *Veja*, menciona as relações da África do Sul com alguns países africanos, os demais “países negros”, titulados pela revista. A busca e manutenção por relações diplomáticas com os países de vizinhança continental são resumidas de forma simplória pela *Veja*, explicando que “O governo branco da África do Sul não se opõe de modo algum a negociar com os negros, em pé de igualdade – desde que esses negros vivam além das fronteiras do país” (VEJA, n.141 19/05/71 p.44) e tão logo, que esses não sejam contrários a política do *Apartheid* praticada no país. Esse arranjo, para o periódico, é considerado proveitoso para alguns estadistas “negros” africanos, bem como aceito com resignação maior por outros. Exemplificando a partir da fala do presidente da Costa do Marfim, Felix Houphouet-Boigny, no âmbito da Organização da Unidade Africana (OUA) em novembro de 1970, para a necessidade de um entendimento com a África do Sul, e da atitude da República Centro-Africana presidida por Jean Bedel Bokassa de reconhecer o governo sul africano.

Há uma ênfase no crescimento econômico sul-africano nesta notícia, parágrafo com o subtítulo de “mercado negro”, cujo texto, explica a dúbia estratégia de Vorster em manter o eleitorado branco satisfeito e equilibrar o crescimento financeiro do país, a partir da aproximação com os “países negros”. A fim de evitar a ampliação do mercado interno, com a possibilidade de equiparar os salários da população branca e não branca, a África do Sul precisou encontrar mercados externos. Conforme expõe a revista, foi criado em 1968 um “fundo de empréstimos aos países estrangeiros” que foi aproveitado pelos quatro territórios estratégicos da África do Sul, Lesotho, Ngwane, Batswana e Malawi, possibilitando nos anos seguintes, acordos econômicos e relações diplomáticas.

Tal como levantado por José Maria Nunes Pereira (1986, p. 32) esses países vizinhos, que com ela mantêm relações de dependência econômica, fornecem grandes contingentes de mão-de-

protesto contra a Lei do Passe (1945) que determinavam a obrigatoriedade do porte de um cartão de identificação para os não brancos contendo todas as informações necessariamente atualizadas quanto ao local de trabalho e residência do portador, prazo de circulação permitido nas áreas europeias e quitação de impostos.

obra para as minas sul-africanas, constituindo-se, em mais um fator de compressão salarial interna. Essa e outras explicações trazidas de maneira positiva pelo periódico, endossam as vantajosas possibilidades com a nação sul-africana do *Apartheid*. Após dois anos sem notícias sobre a temática, a África do Sul e sua política do *Apartheid*, voltam a aparecer nas páginas de *Veja* somente em março de 1974, abordada em uma entrevista intitulada “Tateando o *Apartheid*: Um dos principais esportistas negros dos EUA defende o contato com a África do Sul”. Nele, *Veja* expõe o discurso do tenista Arthur Robert Ashe Junior, acerca da defesa do intercâmbio sul-africano com o resto do mundo, que poderá melhorar da vida dos milhões de sul-africanos, não branco, “ao contrário dos que defendem o boicote total a África do Sul como a única maneira de derrubar o *apartheid*” (VEJA, n.290 27/03/74 p. 3). A entrevista irá se discorrer, sob o que chama de “cruzada pessoal” do esportista, onde “Ashe procura defender-se dessa acusação, e, com bases nas experiências de sua recente viagem, apresenta sugestões para o trato do problema” (VEJA, n.290 27/03/74 p. 3).

A narrativa vagueia, sobre o relato do Ashe acerca dos doze dias em ficou em Johannesburgo, para competir o Campeonato Aberto de Tênis da África do Sul, relatando as manifestações e contatos efetuados com organizações de diferentes grupos e intuítos políticos. Na primeira parte da entrevista, em sua chegada, o esportista, conta que recebeu de um lado, um buque de flores enviado pelo então ministro dos esportes da África do Sul, e de outro, uma fotografia entregue clandestinamente por meio das folhas de um jornal, que trazia a seguinte mensagem de autoria não relevada pelo tenista transcrita abaixo:

Caro Arthur. Em nome dos que não puderam vê-lo, quero manifestar nosso respeito pelos seus ideais, e sincera esperança de que consiga explicar satisfatoriamente por que veio a este país. Nós o adoramos e não queremos vê-lo usando indevidamente, ainda que de maneira indireta. Não estamos em condições de compreender por que alguns de vocês no exterior parecem pensar por nós. Sabemos que acabaremos sofrendo mais se foram suspensas as relações comerciais com o nosso país, se o petróleo vier a faltar entre nós, se você não vier nos visitar. Mas estamos dispostos a sacrificar tudo isso para atingir o objetivo final ao qual dedicamos nossas vidas. Por favor, transmita nossa afeição aos nossos amigos oprimidos no exterior (VEJA, n. 290 27/03/74, p. 3).

Além desta carta, Ashe narra que recebeu outras mensagens sugerindo que não fosse a África do Sul, pois em nada ajudaria na luta *antiapartheid* promulgada pelos sul-africanos não brancos que

defendiam o boicote político, econômico e comercial com outras nações, e sua vinda simbolizava para estes, portanto, um certo entendimento com o governo de Pretória, contrariando seus ideais políticos contra o regime.

Por meio desta entrevista, *Veja* reverbera a perspectiva de diálogo com os sul-africanos, articulado através da experiência relatada do tenista Arthur Robert Ashe, que em sua jornada a África do Sul, estabeleceu relações com diferentes grupos e pessoas que compunham a sociedade sul africana. Tendo como conclusão, que a vida destes só poderá melhorar através do contato e do diálogo, orientando que o isolamento não deve ser considerado um fim, mas sim um meio, em suas palavras “a mudança é inevitável, e com minha confiança básica na bondade do homem eu acho que a mudança na África do Sul será positiva. Não posso pensar de outra forma depois de ter encontrado tanta gente boa de todas as raças” (VEJA, n. 290 27/03/74, p. 6).

No alvorecer da ditadura brasileira, quando se constata um renovado interesse comercial e a intensificação do discurso geopolítico, os rumos das relações Brasil-África do Sul são influenciados, com maior aceitação do regime de Pretória, o qual passou a ser visto como aliado ideológico na luta contra o comunismo internacional. Entretanto, a tese geopolítica e anticomunista esvaziou-se entre os dois primeiros governos militares, tendo duração efêmera. Já no final da década de 1960, observa-se a tentativa da conciliação das relações comerciais, com um posicionamento mais crítico no âmbito das Nações Unidas, modelo que se esgotou no final desse período. Por outro lado, a África do Sul, nesse mesmo momento, desenvolvia uma política mais agressiva de aproximação com vários países latino-americanos, incluindo o Brasil. Tendo seu espectro de aliados internacionais, o ciclo de ditaduras militares de direita, que se instalou na maior parte dos países da América do Sul. O país africano alcançou sucesso em alguns, como se constata com Paraguai, Chile e Argentina, e fracasso no caso do Brasil, que ao contrário dos seus vizinhos latino-americanos, possuía interesses concretos no continente africano (PENNA FILHO, 2008, p. 31).

A mudança, da posição brasileira a África do Sul, é visível a partir de 1974, perdurando até o fim do regime do *Apartheid*, onde passara da retórica à ação de fato. O regime militar adotou como princípio, o desestímulo de qualquer tipo de relacionamento entre os dois países, intensificando a

crítica contra o *Apartheid* no âmbito das Nações Unidas. Ao mesmo tempo, reduziu ao mínimo a sua presença diplomática no território sul africano, diferente a posição anterior, que tentava conciliar as críticas naquele fórum, com a manutenção da política comercial, inclui-se aí, a modesta iniciativa de tentar influenciar os sul-africanos a alterarem sua política de segregação racial.

Por sua vez, os diplomatas sul-africanos, que imediatamente perceberam a mudança do posicionamento brasileiro, tentaram romper o isolamento oficial, dispondo-se dos recursos disponíveis, tal como tentar aproximação com governos estaduais ou estimular empresas privadas a comercializar com a África do Sul. Lembramos que neste contexto, as relações comerciais brasileiras e sul-africanas estão sendo modificadas dada a intensificação da crítica contra o *Apartheid* no âmbito das Nações Unidas pela comunidade internacional, o regime militar, passar a desestimular qualquer tipo de relacionamento entre os dois países:

Se até 1974-1975 o governo brasileiro ainda se preocupava em manter discretos laços com Pretória, tendo em mente a manutenção das boas relações comerciais, a partir desse período a tendência foi a de abandonar a atitude comercial e a de assumir uma atitude política mais vigorosa e inflexível. (PENNA FILHO, 2001, s/p).

Dois meses após publicação da entrevista com Ashe em 1974, a temática do *Apartheid* retorna na notícia “África do Sul: O tripé ameaçado” constante na sessão internacional da revista número 296. Nela, o ponto de partida é a vitória do Partido Nacionalista, liderado por John Voster nas eleições realizadas no mês anterior, com a participação de 2 milhões de eleitores num país constituído por outros 18,7 milhões impedidos de votarem. Destaca-se na narrativa, a localização privilegiada da África do Sul, no extremo meridional, protegidas pelo que a revista chama de “Estados-tampões”, nações comandadas por governos de minoria branca, a saber, as colônias portuguesas de Moçambique e Angola (leste e oeste), Rodésia (centro), Namíbia e Botswana. Embora, como lembra a revista, a Revolução dos Cravos que derrubou o regime salazarista, um tradicional aliado ao governo racista África do Sul, poderá trazer subitamente, uma possível mudança na situação político e militar das colônias portuguesas, ameaçando o tripé (racial, político e econômico) da África do Sul.

Essa mudança foi posteriormente efetiva como sabemos hoje, cuja base de apoio externo, em territórios fronteiriços que se localiza a África do Sul, terá um papel importante no processo de desenvolvimento e consolidação dos movimentos de libertação nacional na África Austral, em especial Moçambique e Angola, sendo um importante fator no processo de luta *antiapartheid*. Como narrou Francisco José Pereira em 1986,

Sem embargo, a África do Sul passou todo o período de descolonização do continente com suas fronteiras imunizadas, tendo como vizinhos Estados cujos governos admiravam a solução *Apartheid* (como no caso do fascismo português em suas ex-colônias de Moçambique e Angola, e do regime também racista da Rodésia do Sul) ou eram Estados extremamente dependentes da política econômica sul-africana (tal a situação de Lesoto, Botsuana e Suazilândia). Na atualidade, um novo quadro, radicalmente modificado, parece condicionar o desfecho político da África Austral, em cujo centro está, precisamente, a questão *Apartheid*. Com efeito, Moçambique e Angola, logo depois da independência, reproduziram o mesmo ato de solidariedade, colocando suas respectivas fronteiras a disposição dos movimentos de libertação na área. Em abril de 1980, com a independência do Zimbábue, abriu-se, igualmente uma nova solidaria fronteira. (PEREIRA, 1986, p. 75-76).

Ainda na mesma notícia, explanando o contraste da qualidade de vida dos brancos e dos grupos não brancos no território sul-africano, *Veja*, anuncia que “Por enquanto, o reduto dos africanos continuam sendo um exemplo de prosperidade – apenas o Japão supera seus índices de crescimento econômico” (VEJA, n.296 08/05/74 p. 49) e em seguida, relata dados de violência acarretada ao restante da população do país, considerando então que “Para os negros, mesmo entre os profissionais especializados, as perspectivas de vida na África do Sul são extremamente limitadas” (VEJA, n. 296 08/05/74, p. 49).

A postura tomada pelo periódico foi de realizar um examine das ameaças que poderiam desmantelar o governo dos africanos, e tão logo, a prosperidade econômica da nação. Somam-se nessa teia de riscos avaliada pela *Veja*, a mudança política no governo português, o descontentamento da grande maioria que oportunamente poderiam expulsar a minoria, bem como a formação de uma elite intelectual oriunda das universidades destinadas aos não brancos, que vinham construindo um discurso em contramão ao da inferioridade natural, afirmada e justificada pelos africanos e sua defesa do *Apartheid*.

A temática dos esportes na África do Sul do *Apartheid*, ganha espaço no periódico, somente em abril do ano de 1975, com o artigo “Racismo: barrados de novo”, na sessão esportes da edição de número 343. A revista traz em ilustração, através de uma charge, a desvantagem imposta de forma legal sobre os esportistas sul-africanos não brancos, sujeito este, retratado com tamanho pequeno, desenhado com acentuados traços do fenótipo negro (boca, nariz, olhos), em posição de descontentamento, preso a uma corrente, atrás do sujeito branco, mais alto, mais forte, e mais veloz.

Imagem 1: Charge do artigo “Racismo: barrados de novo”.



Fonte: *Veja*, n.343, 02/04/75 p. 54.

Nesta notícia, o periódico discute os boicotes da comunidade esportiva internacional, com relação à participação da Rodésia e da África do Sul nos jogos pré-olímpicos e a exclusão dos tenistas sul-africanos da Taça Davis, entendendo-as enquanto práticas severamente punitivas. Para *Veja*, as duas nações “são cada vez mais discriminadas nas competições desportivas pelos demais países do mundo, e em particular pelos asiáticos e africanos” (VEJA, n.343, 02/04/75 p. 54), e lembram o afastamento de sul-africanos e rodesianos nas competições das olimpíadas do México em 1968 e de Munique em 1972. A revista traz de um lado, falas de esportistas brancos sul-africanos, que lutam pelo fim da aplicabilidade do *Apartheid* no âmbito esportivo do país, através de propagandas que

geraram vários boicotes esportivos internacionais conta a África do Sul. E por outro, finaliza, dando espaço ao Embaixador da África do Sul no Brasil, que expõe seu sentimento de descontentamento e injustiça ao ver seu país ser excluído diversas vezes de conferências técnicas importantes no âmbito da ONU. A fala do embaixador finaliza o artigo: “Nós não acreditamos em contrapropaganda, preferimos seguir uma política de conciliação, deixando sempre uma porta aberta ao debate. O povo sul africano é feliz, e não contesta a nossa política interna” (VEJA, n.343, 02/04/75 p. 55). Ao selecionar os discursos para tratar do assunto, a revista deixa de lado, a perspectiva dos atletas não brancos, ou mesmo, sujeitos não brancos inseridos na luta *antiapartheid* no país, dando visibilidade e colocando o ponto de vista apenas de atletas brancos adeptos ao boicote e do próprio governo racista.

O ano de 1975 contém somente mais duas notícias relacionadas ao *Apartheid*. A primeira, publicada em maio na edição número 351, encontrada na sessão “Internacional” e intitulada “África do Sul: revelações”, irá informar os leitores das possíveis articulações políticas de Vorster, a partir da visita secreta do primeiro ministro da África do Sul a Libéria, publicizada pelo jornal londrino *The Times*. Segundo *Veja*, o diálogo com a Libéria poderia promover uma conferência entre os presidentes do Quênia e da Nigéria, onde Vorster procuraria não apenas amenizar as hostilidades de seus líderes com relação África do Sul, mas também, inaugurar um intercâmbio comercial que possibilitaria obter petróleo nigeriano em troca de ouro sul-africano. Tal publicação pelo *The Times*, para *Veja*, deixou o primeiro ministro numa posição incômoda com o eleitorado branco, entretanto, a revista num tom preocupação ao futuro sul africano, faz uma crítica ao político por não ter se preocupado ao que ela pensa ser fundamental, a economia, vislumbrando uma possível solução:

Vorster, no entanto, parece estar empenhado menos em obter popularidade do que em fazer um investimento rendoso para o futuro do seu país. Na verdade, a longo prazo a coexistência pacífica entre brancos e negros **talvez seja a melhor garantia de sobrevivência para própria minoria** (VEJA, n.351, 28/05/75 p. 36 – grifo nosso).

Já a segunda notícia, “O idioma vitorioso”, escrita na sessão “Educação” de *Veja*, é o abre alas das notícias recorrentes dos anos seguintes, em especial do ano 1976, premeditando o evento

que ficou conhecido como “Levante de Soweto”¹⁵ em junho naquele ano, e demais manifestações que marcaram a trajetória da luta *antiapartheid*. Nele, *Veja* noticia as comemorações do governo, ao centenário do nascimento do idioma dos *afrikaans*, instalado pelos holandeses e huguenotes franceses, em 1875, na cidade de Paarl, promovendo solenidades oficiais com a presença do primeiro ministro John Vorster. Informa que os 24 milhões de sul-africanos conhecem e utilizam com mais frequência que o inglês introduzido pelos colonizadores britânicos.

A este fato, o periódico atribui como “preferência” da população sul-africana, e não enquanto uma política imposta, construída e mantida pela minoria branca. A revista descreve aspectos positivos do idioma que “agora festejado é extremamente rico e imaginativo, além de simples e direto [...] a onomatopeia do idioma sul africano exprime situações e sentimentos com rara exceção” (VEJA, n.371 15/10/75 p. 85) silenciando sobre as implicações de violência cultural, simbólica e histórica que acompanhou o ensino do africâner as demais populações naquele território.

Considerações Finais

Dentre os países africanos, segundo Pio Pena Filho (2013), a África do Sul atualmente é um dos mais importantes parceiros africanos do Brasil¹⁶. A reaproximação entre os dois países, a partir da democratização da República da África do Sul, com a eleição de Nelson Mandela a presidência em 1994, construíram o caminho para que essa importante conexão atlântica fosse reativada. Como vimos, entretanto, ao longo do século XX, os diálogos entre eles são marcados por encontros e desencontros, advindos por consideráveis mudanças internas, especialmente no que diz respeito aos aspectos políticos e socioeconômicos, tal como a redefinição de suas agendas de política externa. Desde os anos 1950 e 1960, as estreitas relações que o governo brasileiro mantinha com Portugal,

¹⁵ Eclodido em 18 de junho de 1976, a também chamada “revolta” em Soweto, bairro em Joanesburgo, foi motivado pela decisão do governo do *Apartheid* de ensinar obrigatoriamente nas escolas a língua africâner ao lado da língua inglesa, desprezando as línguas locais sul-africanas. Dez mil estudantes tomaram as ruas, com o óbito de 23 sul africanos após violenta repressão policial, se tornando a maior onda de violência no país desde o massacre de Sharpevill em 1960. As manifestações e protestos contra o *Apartheid* após Soweto continuaram com mais vigor, acompanhado dos assassinatos pela polícia sul africana - dentre o mais significativo nesse contexto, a de Steve Biko - e no fim do ano eram 360 mortes, chegando a mil em 1977.

¹⁶ Além de contar com um histórico de relações bilaterais, os dois países nas últimas décadas reforçaram sobremaneira suas relações ao se unirem em duas importantes iniciativas multilaterais, que são o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) e os BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

constituíram um obstáculo para as aspirações do Brasil na África, postura essa, ainda fortalecida pelos laços com os Estados Unidos, e seus temores, quanto à influência comunista no país. Foi somente a partir de 1974, projetando-se na política mundial sob os escopos da Política Externa Independente (PEI), que o Brasil iniciou um relacionamento mais contundente com o continente africano.

Enquanto parte constitutiva dos fenômenos sociais que marcam memórias e narrativas históricas contemporâneas, os meios de comunicação de massa, em especial, a mídia jornalística impressa apresenta-se como uma das instâncias discursivas organizadoras do social que, ao narrar e atribuir significados, articula e angaria legitimidade como uma das estruturas definidoras do que deve ser lembrado ou esquecido. Assim, a história da fundação e do desenvolvimento da Revista *Veja*, igualmente aos demais veículos de mídia impressa no Brasil, está atrelada das narrativas sociais que orientaram a compreensão dos processos culturais e políticos no Brasil contemporâneo, onde suas instituições, serão igualmente atuantes e partícipes desses eventos.

Ao analisarmos os materiais sobre a África do Sul no periódico, entre as edições que circularam durante os anos 1969 a 1975, constatamos que o conjunto de debates acerca das novas articulações comerciais e diplomáticas com América Latina, Oriente Médio e Ásia e principalmente os países do continente africano, estavam presentes nas pautas noticiadas nas páginas de *Veja*, vistas, como proveitosas possibilidades para a desenvoltura das relações e política externa brasileira. Ótica esta, similar, ao dos governos militares¹⁷. Entretanto, alguns países sob contexto de luta anticolonial, como Angola e Moçambique, são pautados como obstáculos pelo periódico, cujas narrativas

¹⁷ Relacionado a essa questão, do jornalismo produzido por *Veja*, alinhado com as premissas dos governos militares, temos num estudo, acerca dos temas de futebol e política na Revista *Veja* dos anos 1970, realizado por Lívia dos Santos Chagas, a constatação através da leitura das edições do ano de 1970, de que foi possível perceber algumas das bases do discurso da *Veja*, relacionadas com os ideais do discurso estruturado pelo governo. Tão pouco, não foram encontradas nestas mesmas edições analisadas por ela, reportagens, que divulgassem a repressão a presos políticos, e dessa forma, o governo tentava transmitir a imagem de consenso social na sociedade brasileira. Para ela, a censura, a propaganda, a estruturação de um discurso, incidiram na atuação da imprensa do período. As relações dos veículos de comunicação, e da revista, com os militares, eram influenciadas por aspectos estabelecidos pelo regime para controlar a divulgação da informação “A ação dos jornalistas incide nas representações sociais e são fundamentais para a construção de memória e identidades. Ao tutelar a imprensa, os governantes controlavam essas construções”. Ver mais em: CHAGAS, Lívia dos Santos. Brasil, modelo 70: Futebol e política na Revista *Veja* em 1970. *VII Encontro Nacional de História da Mídia*. 19 a 21 de Agosto, 2009.

orientavam para que o Brasil evitasse misturar os interesses relacionados ao aumento de mercados comerciais na África, com interesses nas lutas anticoloniais que estavam se desenvolvendo por todo o continente.

No seio deste discurso, a África do Sul sob regime do *Apartheid*, aparece como a real parceira vantajosa para o Brasil, sempre lembrando em suas notícias, que a nação do *Apartheid*, se apresentava como o maior parceiro africano comercial do governo brasileiro na década de 1960, onde destinava de mais de 50% das exportações para o país. No contexto sul africano, da primeira metade da década de 1970, marcado por um ambiente de busca pela preservação do regime de hegemonia branca, acompanhado pela luta antirracista dentro da África do Sul, *Veja* publiciza os efeitos do *Apartheid* sobre a maioria da população não branca, ressaltando o papel econômico e político da África do Sul manejado pelo governo. As relações com outros países, para manter vigente a política que sustenta o bastião branco sul africano, não são condenados pela revista, que ao longo de suas narrativas, destaca de forma encantada e convidativa, a atrativa economia da África do Sul, indicando as profícuas possibilidades financeiras que a República sul-africana, sustentada pela discriminação racial, tem a oferecer.

Outrossim, as populações nativas da África do Sul, foram mostradas em suas notícias, como elementos de uma mesma cultura, cujas dinâmicas internas - marcadas por acontecimentos conflituosos entre as diferentes populações que ocupam o mesmo território -, não serão confrontados pela revista, mas naturalizados, alojados dentro de uma enunciação de matriz racial e biologicamente construída, que reduzem e as classifica como “tribos”, percepções estas do mesmo imaginário colonial que permitiu hierarquizar, dividir, e animalizar os sul-africanos¹⁸. Nesse mesmo viés, a permanência do *Apartheid* e da situação de vulnerabilidade socioeconômica da maioria da

¹⁸ Todavia, no imaginário pós-colonial, como apontou Amailton Azevedo, os conceitos que são criados para pensar a África dão continuidade a uma violência discursiva sobre esses territórios tais como: o continente da destruição e morte; o espaço onde habitam os desvalidos; os que não pertencem a esse mundo; os que devem ser salvos de sua miséria abundante; os que ainda são incapazes de enfrentar seus próprios problemas. No Ocidente, conforme ele aponta, a África foi vista através de uma violência discursiva colonial, produzida entre os séculos XVI e XX, condicionando a pensar as relações do continente africano com o mundo atlântico a partir de perspectivas que a sugerem como um acidente geográfico, entre Oriente e o Ocidente, consolidando imagens-clichês que projetam informações imprecisas e estereotipadas sobre a África (AZEVEDO, 2013, s/p).

população da África do Sul, é atrelada a suposta falta de organização política desta própria população discriminada legalmente, banalizando a trajetória de luta *antiapartheid* e o contexto de absoluta repressão violenta.

Ao congregar toda uma diversidade de populações a um bloco único e homogêneo, carregada de valores e percepções colonialistas sobre os africanos, *Veja* atrela as diferentes determinações legais do *Apartheid*, como os bantustões, enquanto solução viável do suposto problema sul africano que caracteriza a população, considerando o sistema *Apartheid* enquanto uma política legítima para a nação sul africana. Em meio a esse olhar, o periódico aloca os sul-africanos dentro de um único conceito que os homogeneiza - negros - e constrói uma narrativa de crueldade das políticas segregacionistas do *Apartheid*, personificado em seus condutores, desagregado do entorno político angariado pelo bastião branco sul africano, para a manutenção dos seus privilégios.

Por outro lado, seus discursos, realizam sempre um exame das ameaças, frente ao contínuo descontentamento da população sob regime do *Apartheid*, uma “onda negra” – expressão por vezes utilizada pela *Veja* -, que podem vir a desmantelar o governo branco dos africanos, e, portanto, a prosperidade econômica da nação. Diante dessas compreensões, sobre a maneira como *Veja* interpretou os acontecimentos relacionados a política de segregação sul africana, entendemos os intuitos e lugar da veiculação dessas imagens e representações acerca do cotidiano da África do Sul, aliada as perspectivas de construção de um projeto de Brasil engenhadas pelos governos militares, onde “ideia integracionista de “democracia racial” se transforma numa ideologia oficial” (GUIMARÃES, 1999, p.110).

Buscando estabelecer constante diálogo com alguns setores da sociedade, e ao mesmo tempo participar de empreendimentos governamentais e privados, a revista optou por um olhar ocidentalizado, congregando um conjunto de valores e crenças construídos e desenvolvidos nacionalmente, emaranhado em suas narrativas compreendidas em notícias, artigos e matérias a respeito não tão somente à África do Sul, mas igualmente a situação e dos países da África Austral, e as próprias populações africanas no geral. Apresentando modelos explicativos para dar lógica aos compassos sul-africanos omite-se e exclui alternativas, ressaltando e dando ênfase em outras, por

meio da seleção personagens e eventos, *Veja*, veículo de jornalismo impresso, propôs dar ritmo às mudanças operadas dentro e fora do contexto político do *Apartheid* da África do Sul em compasso com as ideais e vislumbres nacionais governamentais do período.

Referências:

Bibliografia

AZEVEDO, Amailton Magno. 2013. Imagens da África: entre a violência discursiva e a produção da memória: **Revista Eletrônica do Tempo Presente**, ano 3, n. 3, 2013.

BARBOSA, Marialva. História do jornalismo no Brasil: um balanço conceitual. **Verso e Reverso: Revista da Comunicação**. v. 23, n. 52, 2009.

BAPTISTA, Íria Catarina Queiróz; ABREU, Karen Cristina Kraemer. A História das Revistas no Brasil: um olhar sobre o segmento mercado editorial. **Plural: revista do programa de pós-graduação em sociologia**, v. s/n, p. 01-23, 2010.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco; SILVA, Cristiane Mare da; PACHECO, Ana Júlia. Nelson Mandela e a luta antiapartheid nas páginas da revista *Veja* (1990-1994). In: LOHN, Reinaldo (Ogr). História das bancas de revista. **Um país impresso: entre representações sociais e cultura políticas**. Editora Todapalvra, 2016.

CHAGAS, Livia dos Santos. Brasil, modelo 70: Futebol e política na Revista *Veja* em 1970. **VII Encontro Nacional de História da Mídia**. 19 a 21 de Agosto, 2009.

CHARTIER, Roger. **A história Cultural: entre práticas e representações**. 2ªed. Lisboa: DIFEL, 2002.

DOMINGUES, Petrônio José. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil. **Dialogos Latinoamericanos**, Dinamarca, v. 10, n.10, p. 117-132, 2005.

GOES, Fernanda Lira; SILVA, Tatiana Dias. O regime internacional de combate ao racismo e à discriminação racial. In: IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Texto para discussão**. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2008.

GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo. Combatendo Racismo: Brasil, África do Sul e Estados Unidos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.14 n.39, fev, 1999.

HALL, Stuar. **Sin garantías: Trayectorias y problemáticas en estudios culturales**. Envió editores, 2010.

JONGE, Klaas de. **África do Sul: apartheid e Resistencia**. São Paulo: Cortez, EBOH, 1991.

LOPES, Marta Maria. **Apartheid: a ideologia do apartheid, as perspectivas da África do Sul, as lideranças negras**. São Paulo: Atual, 1990.

- MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. **A História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.
- MIGUEL, Luis Felipe. História e política, cultura e mídia. In: LOHN, Reinaldo (Org). História das bancas de revista. **Um país impresso: entre representações sociais e cultura políticas**. Editora Todapalvra, 2016.
- MOURA, Ranielle Leal. História das Revistas Brasileiras- informação e entretenimento. In: 8º **Encontro Nacional de História da Mídia**, 2011, Guarapuava. Mídia e Memória. Guarapuava - Parana, 2011.
- MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Cadernos PENESB (Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira)**. UFF, Rio de Janeiro, n.5, p. 15-34, 2004.
- OLIVA, Anderson Ribeiro. Notícias sobre a África: representações do continente africano na revista VEJA (1991-2006). **Afro-Ásia** (UFBA. Impresso), v. 38, p. 141-178, 2008.
- PENNA FILHO, Pio; LESSA, Antônio Carlos Moraes. O Itamaraty e a África as origens da política africana do Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 39, jan/jun, 2007.
- PENNA FILHO, Pio. **A parceria africana: as relações Brasil – África do Sul**. Belo Horizonte, MG: Fino Traco, 2013.
- PENNA FILHO, Pio. **O Brasil e a África do Sul: O arco atlântico da Política Externa Brasileira (1918-2000)**. Porto Alegre: FUNAG/MRE, 2008.
- PENNA FILHO, Pio. **África do Sul e Brasil: diplomacia e comércio (1918-2000)**. Rev. bras. polít. int. vol.44 no.1 Brasília Jan./June, 2001.
- PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **Brasil e África do Sul: dois caminhos rumo ao pós-Guerra Fria (1985-1994)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2007.
- PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **As Relações entre África do Sul e Brasil: do impacto da globalização à constituição do IBAS. Século XXI**, Porto Alegre, v. 1, nº1, jan-dez 2010.
- PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **A Revolução Sul Africana: classe ou raça, revolução social ou libertação nacional?** São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- PEREIRA, José Francisco. **Apartheid: o horror branco na África do Sul**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- PEREIRA, José Maria Nunes. O Apartheid e as relações Brasil-África do Sul. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, CEAA/ UCAM, n. 14, 1987.
- REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984** [livro eletrônico] Londrina: Eduel, 2013.

SILVA, Cristiani Bereta da. A invenção do futuro do Brasil: usos políticos do passado na Veja (1968-1978). In: AREND, Silvia (Ogr). **Um país impresso: História do tempo presente e revistas semanais no Brasil 1960-1980**. Curitiba: Editora CRV, 2014.

SILVA, Sônia de Menezes. **A operação midiográfica: a produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação - A folha de São Paulo e o Golpe de 1964**. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2011.

SCHLICKMANN, Mariana. Brasil e África do Sul no contexto do apartheid: relações e rupturas. In: Simpósio Nacional de História, 2017, Brasília. **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia**. Brasília: ANPUH, 2017.

VILLALTA, Daniella. O surgimento da revista Veja no contexto da modernização brasileira. In: XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2002, Salvador. **Anais do XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação Intercom, 2002**.

VISENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. O Brasil e o Mundo: a política externa e suas fases. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.20, n.1 p. 134-154, 1999.

Fontes

VEJA, n.1, 01/09/68

VEJA, n.43, 02/07/69

VEJA, n.57, 08/10/69

VEJA, n.66, 12/12/69

VEJA, n.87, 06/05/70

VEJA, n.126, 03/02/71

VEJA, n.141, 19/05/71

VEJA, n.290, 27/03/74

VEJA, n. 296, 08/05/74

VEJA, n.343, 02/04/75

VEJA, n.351, 28/05/75

VEJA, n.371 15/10/75